

## DISTRITO FEDERAL

# Vigilantes de hospitais de Ceilândia e Samambaia farão o teste de COVID-19 a partir desta segunda, 18 de maio



Desde o início da pandemia, a direção do Sindicato vem trabalhando de segunda a segunda para proteger a vida dos vigilantes

Diretores do Sindicato estão visitando hospitais para cobrar o teste de COVID-19 para os vigilantes que prestam serviço nesses postos de serviço. Nesta semana que passou, diretores do SINDESV-DF estiveram conversando com a direção dos hospitais de Ceilândia (diretora Maria Veridiana e a servidora Graziela) e Samambaia (diretor Dr. Luciano), conseguindo a confirmação de que os testes para a COVID-19 para os vigilantes começam nesta segunda-feira.

Estaremos conversando com as direções de todos os hospitais para que esses testes sejam agilizados, pois entendemos que, se

um vigilante estiver contaminado pelo vírus, o tratamento deve ser imediato, dando-lhe mais chance de ser curado.

Também cobraremos testes para os vigilantes dos demais postos de serviço. E queremos alertar toda a categoria para também se proteger contra a dengue e, caso, tenha os sintomas da dengue, vá ao hospital e cobre o teste também do coronavírus. A urgência em procurar ajuda médica, pode salvar vidas.

Fiquem bem. Cuidem-se e protejam-se.

FONTE: SINDESV DF

# Sindseg-GV/ES notifica a SVA e Esquadra por instalarem aplicativos de controle de ponto em celular pessoal dos trabalhadores

O Sindseg-GV/ES recebeu denúncias de trabalhadores de que as empresas SVA Segurança e Vigilância Armada LTDA e a empresa Esquadra Vigilância e Segurança Armada LTDA estavam 'pedindo' que seus trabalhadores baixassem um aplicativo de controle de ponto em seus celulares pessoais.

Assim que tomou conhecimento do caso, o presidente do sindicato Serafim Gerson Camilo notificou as duas empresas (confira as notificações no final da reportagem). Além disso, o presidente informa a toda categoria que as empresas são permitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) adotem esse tipo de tecnologia para controle de ponto, mas há ressalvas.

Serafim informa a todos que a empresa pode adotar esse procedimento desde que **ela tenha acordo coletivo com o sindicato ou se estiver previsto na CCT**.

“Outra questão importante é que a empresa deve fornecer aos seus trabalhadores o celular nos postos de trabalho para que seja feito esse controle. Nós já notificamos as duas empresas e aguardamos a resposta delas. Eu deixo claro que o sindicato não está parado, estamos atentos e fiscalizando para que os Vigilantes Patrimoniais não sejam prejudicados ou explorados pelas empresas”, alerta Serafim.

De acordo com a Portaria 373 do MTE, os sistemas alternativos eletrônicos podem admitir restrições à marcação do ponto, marcação automática do ponto, exigência de autorização prévia para marcação de sobrejornada e a

alteração ou eliminação dos dados registrados pelo empregado.

Além disso, para fins de fiscalização, os sistemas alternativos eletrônicos deverão estar disponíveis no local de trabalho, permitir a identificação de empregador e empregado e possibilitar, através da central de dados, a extração eletrônica e impressa do registro fiel das marcações realizadas pelo empregado.

Já a CCT diz em sua Cláusula **Trigésima Quinta das jornadas de trabalho**, em parágrafo 8º que as empresas poderão adotar sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, nos termos dos artigos 2º e 3º da Portaria 373 do MTE já citada nesta reportagem.

### Sobre a jornada de trabalho

Sobre o controle das jornadas de trabalho, Serafim explica que está na CCT e, segundo ela, na escala 6x1 fica estabelecido que a jornada semanal é de 44 horas e o divisor para apurar o valor da hora normal de trabalho será o 220.

Neste caso, as horas extras, sem exceção, são aquelas que ultrapassam, em cada semana a jornada semanal de 44 horas trabalhadas.

Já a jornada mensal na escala 12x36, quando o mês for de 30 dias, será de 180 horas, e quando o mês for de 31 dias, a jornada mensal será de 192 horas e as horas extras, sem exceção, são as que ultrapassam a jornada mensal de 180 horas trabalhadas ou 192 horas.

Confira as notificações enviadas pelo sindicato para as empresas:

Produção: Sindseg-GV/ES

# Projeto de Lei propõe suspensão das privatizações

**Se aprovado, projeto pode evitar a dilapidação do patrimônio público e os ataques à soberania nacional**



O Projeto de Lei (PL) 2715/2020 apresentado sexta-feira (15) na Câmara pelo deputado Enio Verri (PT/PR) e pelas deputadas Fernanda Melchionna (Psol/RS), Joênia Wapichana (Rede/RR) e Perpétua Almeida (PCdoB/AC), busca paralisar os processos de desestatização e desinvestimentos realizados pela administração pública federal direta e indireta durante a pandemia causada pelo novo coronavírus.

“O projeto é muito bem vindo. Apesar de o governo não querer mostrar, vazaram declarações que comprovam a intenção de venda do Banco do Brasil”, afirmou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira. “E, ao contrário do palavrão que o ministro (Paulo Guedes) disse, o Banco do Brasil é rentável, contribui com dividendos para o Tesouro Nacional e pode cumprir um papel fundamental para o crescimento econômico do país, principalmente para o fomento ao setor agropecuário”, completou. “Claro, que isso somente é possível com um governo que tenha o interesse de fazer o país crescer”, concluiu.

Segundo o PL, serão suspensos todos os processos de desestatização e desinvestimentos regulados pelas leis 9.491, de 1997, 13.334, de 2016, e pelos decretos 9.188, de 2017, e 9.355, de 2018.

Caso seja aprovado, o PL também atingirá as alienações de ações que repercutem em perda

do controle acionário e estejam em curso, bem como impede a administração pública de realizar, por um período de até doze meses após o fim do estado de calamidade pública, os processos instituídos pelo Decreto Legislativo Nº 6, de 2020.

## **Justificativa**

Na justificativa do projeto, os deputados lembram que “a história nos ensina que períodos de crise são um excelente momento para quem compra e um péssimo para quem vende! Não precisamos ir muito longe para entender que, após uma crise desta dimensão os preços dos ativos caem, criando assim, um ambiente de ofertas hostis, ou melhor, uma grande liquidação de empresas de qualidade.”

Os deputados apresentam, ainda, exemplos de países, entre eles a Alemanha, a Espanha e Itália, que estão tomando medidas para proteger investidas do capital estrangeiro sobre empresas dos países citados.

“A resposta dos governos europeus foi rápida e contundente – não se pode vender empresas estratégicas, públicas ou mesmo privadas, quando seu valor de face é muito menor que seu valor real”, diz o Projeto de Lei.

“Infelizmente, nosso governo caminha na direção oposta e põe em risco nossa soberania, ao querer colocar à venda empresas estratégicas. O patrimônio nacional corre o risco de ser vendido ao preço de bananas. Não podemos permitir que isso aconteça e, por isso, vamos lutar pela aprovação deste projeto”, disse Juvandia, ao lembrar que o governo está vendendo as subsidiárias mais rentáveis do Banco do Brasil e de Caixa Econômica Federal, assim como da Petrobras, do Correios, da Eletrobras e de uma vasta lista de empresas públicas. “Vamos nos organizar para que este projeto seja aprovado e a gente não veja nosso patrimônio sendo dilapidado”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT.

Fonte: Contraf

# Toffoli restabelece redução de 50% nas alíquotas cobradas ao Sistema S

**Ministro do STF disse que cobrança integral dos impostos pode afetar a economia nacional; MP foi editada pelo governo em março e daria de alívio de R\$ 2,2 bilhões**



**O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli,** restabeleceu a validade da redução de 50% nas alíquotas do Sistema S, medida implementada pelo governo como forma de aliviar o caixa das empresas durante a pandemia do novo coronavírus.

A decisão atende a um pedido da União e suspende os efeitos de uma tutela provisória conferida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região em uma ação protocolada pelas entidades do Sistema S, que buscavam manter integralmente sua fonte de receitas.

O governo editou em março uma Medida Provisória, com vigência imediata, para reduzir à metade as alíquotas cobradas das empresas para o Sistema S durante um período de três meses. A ação daria um alívio de R\$ 2,2 bilhões às empresas, segundo o Ministério da Economia.

Desde a edição da MP, entidades ligadas ao Sistema S tentam reverter o corte nas alíquotas para evitar perda na arrecadação.

Em sua decisão, Toffoli argumentou que restabelecer a cobrança integral das alíquotas sobre o faturamento das empresas “poderá acarretar grave lesão à ordem público-administrativa e econômica nacional”.

“Exatamente em função da gravidade da situação, exige-se a tomada de medidas coordenadas e voltadas ao bem comum, não se podendo privilegiar determinado segmento da atividade econômica em detrimento de outro, ou mesmo do próprio Estado, a quem incumbe, precipuamente, combater os nefastos efeitos decorrentes dessa pandemia”, disse o presidente do STF.

Toffoli diz ainda que não cabe ao Poder Judiciário dizer quem deve ou não pagar impostos, ou quais políticas devem ser adotadas. Para ele, não é “admissível” que uma decisão judicial “venha a substituir o critério de conveniência e oportunidade que rege a edição dos atos da Administração Pública”.

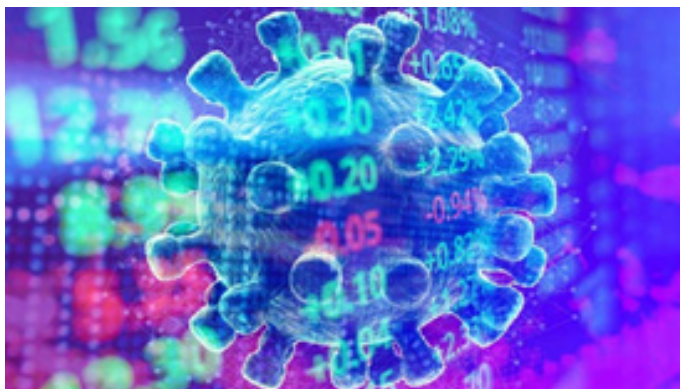
O presidente da Corte disse ainda que a “subversão” da ordem administrativa e econômica não pode ser feita de forma isolada, sem análise de suas consequências para o Orçamento justamente num momento em que o Estado precisa bancar despesas imprevistas no combate à pandemia.

No pedido de suspensão da decisão do TRF-1, a Advocacia-Geral da União (AGU) argumentou que a edição da MP teve por objetivo desonerar parcial e temporariamente as empresas num cenário de desaceleração da economia. Segundo a AGU, a manutenção das alíquotas integrais do Sistema S poderia acarretar grave dano à ordem econômica, com potencial de abalar o conjunto dos esforços para enfrentar os impactos causados pelo novo coronavírus na economia, em especial em relação à preservação dos empregos.

Fonte: Terra

# Bancos não acatam feriados antecipados em São Paulo

**“Deixamos claro que os bancários que trabalharem nos feriados deverão receber hora extra, como determina a lei”, disse a presidente do sindicato, Ivone Silva**



Setor financeiro e o coronavírus: sindicato defendeu que as medidas são importantes para reforçar o isolamento social e deter a pandemia

Os bancos não vão acatar os feriados de Corpus Christi (11 de junho) e Consciência Negra (20 de novembro), antecipados em São Paulo para esta semana, conforme decreto do prefeito Bruno Covas (PSDB). Em reunião nesta terça-feira (19), o Sindicato dos Bancários de São Paulo cobrou da Fenaban (federação dos bancos) que as instituições financeiras acatassem os feriados, que serão nestas quarta (20) e quinta (21). “Deixamos claro que os bancários que trabalharem nos feriados deverão receber hora extra, como determina a lei”, disse a presidente do sindicato, Ivone Silva.

A entidade defendeu que as medidas são importantes para reforçar o isolamento social e deter a pandemia de coronavírus. Mas a Fenaban argumentou que a adesão a feriados definidos subitamente acarretaria “riscos sistêmicos”, ocasionados por interrupção de pagamentos, de compensação de cheques e de outras transações bancárias. E informou que os bancos irão funcionar.

O prefeito Bruno Covas também saiu em defesa do pagamento dos trabalhadores do setor financeiro conforme a lei, em entrevista ao canal de televisão CNN. “Basta resolver a questão trabalhista de pagamento do descanso remunerado que pode abrir”, declarou.

Ivone Silva falou das medidas pela importância do isolamento social neste momento na cidade. “Deixamos claro que a medida sancionada pelo prefeito é de fundamental importância diante da crise sanitária pela qual estamos passando. O Brasil já é o terceiro país em número de mortos e infectados e caminha para ser o epicentro da pandemia no mundo. São Paulo é o epicentro da doença no país, com taxa de ocupação nas UTIs de 88% na grande São Paulo e de 71,4% no estado”, afirmou.

“Estamos perdendo vidas e nosso sistema de saúde está entrando em colapso. Não há risco maior agora do que este. Mesmo assim, os bancos insistem em abrir nos feriados, em mais um exemplo de falta de responsabilidade social”, acrescentou Ivone.

## **9 de Julho também deve ser antecipado**

Além da antecipação dos dois feriados municipais, o prefeito determinou ponto facultativo na sexta-feira (22). E o governador João Doria (PSDB) também planeja antecipar o feriado estadual de 9 de Julho para segunda-feira (25), mas para isso aguarda aprovação da Assembleia Legislativa, que deve deliberar sobre o tema na quinta-feira.

A Fenaban também não deve acatar a antecipação do feriado para segunda-feira, tendo em vista que já enviou ao governador pedido para que as instituições financeiras sejam excluídas também desse feriado, e usando o mesmo argumento que apresentou na mesa com os trabalhadores: alegou risco sistêmico com a interrupção de operações bancárias.

Fonte: RBA

# Rodrigo Maia anuncia comissão mista para discutir adiamento das eleições

**O presidente da Câmara também cobrou do presidente Jair Bolsonaro a sanção da ajuda financeira a estados e municípios para o combate ao coronavírus, aprovada em 6 de maio**



Segundo deputado, adiamento da eleição sem prorrogação de mandato “é uma posição quase de unanimidade”

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou nesta terça-feira (19) a criação de uma comissão mista no Congresso para debater o adiamento da data das eleições municipais, previstas no calendário para outubro. “A maioria dos parlamentares entende que podemos ter o adiamento da data, mas não a prorrogação dos mandatos”, disse Maia. A proposta foi encaminhada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Segundo Maia, o Tribunal Superior Eleitoral

(TSE) deve participar das discussões, antes de a proposta ir à votação. O deputado disse que o adiamento da eleição sem prorrogação de mandato “é uma posição quase de unanimidade” entre os líderes.

Ele também cobrou do presidente da República, Jair Bolsonaro, a sanção do Projeto de Lei Complementar (PLP) 39/2020, de ajuda financeira a estados e municípios para o combate à pandemia de coronavírus. O texto foi aprovado pelo Senado em definitivo há duas semanas.

“Quanto mais adiar o apoio a estados e municípios, como a arrecadação já vem caindo, alguns estados vão ficar numa situação muito ruim, muito rapidamente”, cobrou o presidente da Câmara. “O ideal é que o governo pudesse sancionar.”

O ponto que mais incomoda Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, é o trecho que estabelece exceções na determinação de congelar salários do serviço público.

Após a visita surpresa que fez ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, no dia seguinte à decisão do Senado, ao lado de Guedes, Bolsonaro declarou em entrevista a jornalistas: “Se ele acha que deve ser vetado esse dispositivo, assim será feito”. O chefe do Executivo emendou: “Eu sigo a cartilha de Paulo Guedes na economia”. Minutos antes, o ministro disse: “Estou sugerindo ao presidente que vete”.

Bolsonaro marcou para quinta-feira (21), às 10h, uma reunião virtual com os governadores para debater o projeto de lei de socorro a estados. Segundo o site Congresso em Foco, o encontro foi confirmado pelos governadores Wellington Dias (Piauí, do PT), Camilo Santana (Ceará, também do PT), Eduardo Leite (do Rio Grande do Sul, do PSDB) e João Doria (de São Paulo, do mesmo partido).

Dados do primeiro boletim quinzenal da comissão mista do Congresso que acompanha as medidas de enfrentamento ao coronavírus mostram que, dos R\$ 258,5 bilhões em créditos extraordinários destinados pelo governo federal para o enfrentamento do coronavírus, o total de recursos efetivamente pagos não chegaram ainda a um quarto do previsto, 24,9%. A comissão foi criada pelo decreto legislativo 6/20, que reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia.

Sem garantias

Mesmo em plena pandemia, Bolsonaro, Guedes e sua equipe econômica não perdem oportunidades de defender o Estado mínimo. Na segunda-feira, foi a vez do secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, usar o pretexto da crise sanitária para renovar o discurso de demonização do funcionalismo público.

Segundo Sachsida, com a pandemia, a sociedade precisa rediscutir o salário e a estabilidade de servidores. “Milhões de brasileiros vão perder emprego, ter renda diminuída. Nenhum deles é funcionário público. Está correto isso? Nós, como sociedade, vamos ter que decidir”, afirmou em reunião virtual com investidores na segunda-feira, segundo a Folha de S. Paulo.

O secretário também foi veemente ao negar a necessidade de o auxílio emergencial de R\$ 600, aprovado no Congresso Nacional, ser prorrogado. O benefício foi projetado e aprovado para ser pago em apenas três parcelas. “Não foi desenhado para ser estrutural. Acabaram esses três meses, esse programa tem que ser abandonado”, defendeu Sachsida.

“Mais uma reforma de Guedes contra o Estado p/ agradar aos ‘investidores’, eufemismo de banqueiros”, escreveu a deputada Gleisi Hoffmann (PR), presidenta do PT, no Twitter. “Vão criminalizar o serviço público e servidores como já fazem c/ o gasto social e o investimento. Mas ignoram ter o Brasil a maior tx de juros real do mundo!”, acrescentou.

Fonte: RBA

# Extrema pobreza cresce pelo 5º ano seguido e deve “explodir” com a pandemia, aponta Dieese



Dados detalhados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua apontam que cerca de 170 mil pessoas ingressaram na extrema pobreza em 2019. É o quinto ano de aumento da miséria, que deve “explodir” em 2020, como um dos efeitos econômicos da pandemia de coronavírus, segundo o Dieese.

De acordo com o IBGE, 13,8 milhões de pessoas – 6,7% da população – vivem com menos de US\$ 1,90 por dia. Para o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, esse aumento da extrema pobreza é resultado da crise econômica que abala o país desde 2015.

O que chama a atenção, segundo ele, é que, entre 2017 e 2019, a extrema pobreza continuou se agravando, apesar do leve crescimento do PIB no período. O que aponta para o aumento

da concentração de renda e ampliação das desigualdades sociais no país, apesar da pesquisa apontar estabilidade nesse quesito.

No ano passado, mais especificamente, Fausto atribuiu o crescimento da extrema pobreza ao estrangulamento dos programas sociais pelo governo Bolsonaro, em especial o Bolsa Família. E prevê um quadro ainda mais grave em 2020.

“O que a gente vai assistir a partir da pandemia é um crescimento muito acelerado do número de pobres. Em especial, a partir de junho, quando, a princípio, o auxílio emergencial deve se extinguir, de acordo com o governo”, disse o diretor do Dieese em comentário na Rádio Brasil Atual nesta terça-feira (19).

Fonte: CUTRS

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF